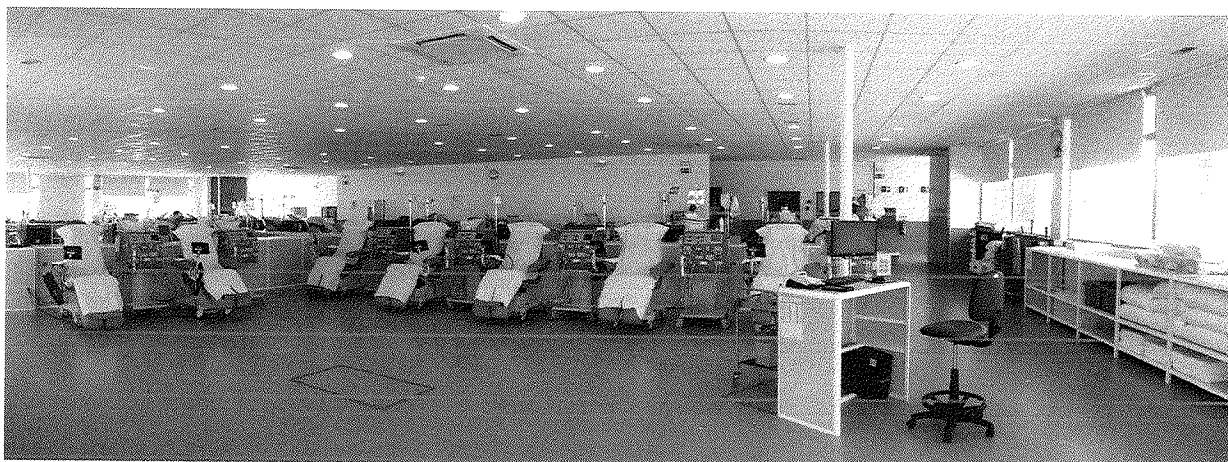


FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA



**Relatório e Contas
Exercício de 2022**



Relatório do Conselho da Administração

1. A INSTITUIÇÃO

A **FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA** é uma Instituição sem fins lucrativos, reconhecida, pela DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL por Portaria n.º 139/2007 de 29 de Janeiro, “como pessoa colectiva de utilidade pública” com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS, com sede na Rua dos Malhões - Edifício D. Pedro I, 2760-071 Paço de Arcos - Oeiras, com o NIF: 509 393 799.

Tem como principal objeto social - Construção e Gestão de Centros para o “TRATAMENTO DE INSUFICIENTES RENAIIS CRÓNICOS (IRC’s)” em estágio 5, em substituição da função renal por diálise.

Para tal, e de acordo com o Protocolo assinado com o Ministério da Saúde de 4 de Agosto de 2009, propõe-se construir, de raiz, uma “REDE DE CENTROS ALTERNATIVOS” com capacidade para o tratamento, máximo, de 30% dos IRC’s em diálise, e no máximo de 15 centros, localizados onde as necessidades sejam mais prementes, em conformidade com a estratégia concertada com pelo Ministério da Saúde.

MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA

MISSÃO

Garantir um “tratamento de acordo com o melhor estado da arte” aos IRC’s, com “HUMANIDADE & DIGNIDADE”, tratando o IRC como um ser “BIOPSISSOCIAL”.

A Gestão focalizada na garantia de um crescimento em termos independentes, tornando a Instituição útil e benéfica para a comunidade sobre a qual tem preocupações de natureza ética e social. Ser fator de progresso e desenvolvimento económico, sem nunca descorar o bem-estar e recuperação dos IRC’s do SNS que são colocados à nossa “guarda”.

VISÃO

A Fundação tem como fim ser uma organização eficiente, que cumpra integralmente os níveis de qualidade, evoluindo, sistematicamente, os processos de tratamento dos doentes com IRC, no sentido das expectativas dos nossos utentes.



VALORES E POLÍTICA

A Fundação está empenhada em garantir a todos os colaboradores um bom ambiente de trabalho e o aumento progressivo dos níveis de satisfação, pautando a sua atuação pelos seguintes valores:

- I. Satisfação dos IRC's: Desenvolvendo de forma contínua, objetiva e sistemática, práticas de gestão focalizadas na satisfação dos IRC's à nossa “guarda”;
- II. Liderança Competente: Definida pelo Conselho de Administração, através de definição de objetivos comuns e consistentes, que devem a garantir o cumprimento da nossa Missão;
- III. Trabalho em Equipa: Fomentando o espírito de Grupo, por forma a criar equipas de trabalho coesas, que trabalhem em prol de um objetivo comum, conducente ao sucesso da organização; e
- IV. Comunicação: Implementando de formas de comunicação que permitam o envolvimento, de todos os colaboradores, estimulando a sua participação através da apresentação de sugestões, com vista à melhoria contínua.

2. MEIO ECONÓMICO ENVOLVENTE

Como é do conhecimento geral, o ano de 2022 ficou sobretudo marcado por um contexto de grande volatilidade dos mercados de energia, assistindo-se a preços anormalmente elevados nos mercados grossistas de eletricidade, o que se intensificou com o início da guerra na Ucrânia, implicando um aumento significativo dos gastos energéticos da Fundação no ano de 2022.

Um outro fenómeno verificado em 2022 foi o da inflação, a qual apanhou de surpresa as economias que dela estavam afastadas desde a década de 1980. Inicialmente estimada como passageira, o aumento da procura global e a guerra na Ucrânia tornaram-na duradoura e obrigaram os bancos centrais a alterar a política monetária, designadamente através do aumento das taxas de juro diretas do BCE.

Reflexo disso foi o aumento das taxas de referência Euribor nos diversos prazos, que vieram penalizar o rendimento disponível das famílias e os custos financeiros das empresas. A taxa média anual de inflação em 2022 fixou-se em 7,8%, a mais elevada desde 1992.

Também o petróleo atingiu em 2022 valores extremos, pelo seu custo na origem e pela valorização do dólar face ao euro. Os diversos governos europeus, incluindo o de Portugal, anunciaram diversos pacotes de apoio com o objetivo de atenuar os constrangimentos desta tempestade perfeita os quais tardaram e em alguns casos ainda tardam em chegar a



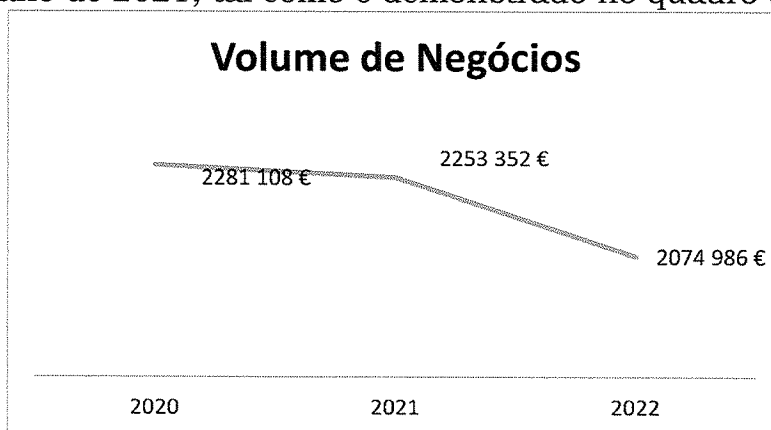
quem mais deles necessita.

3. ATIVIDADE E ANALISE ECONOMICA E FINANCEIRA

O ano de 2022 foi marcado pela continuidade do centro de Portalegre, que funcionou com uma média de utentes de mais de 87 utentes/mês. Para além disso, encontra-se em marcha o plano de expansão da Fundação, sendo que ao longo de todo o ano de 2022 decorreram as obras de edificação do futuro Centro de Oeiras.

VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios em 2022, teve um decréscimo de 7,92% em relação ao ano de 2021, tal como é demonstrado no quadro seguinte:



A estabilização dos rendimentos no período de 2019 a 2021 permitiu que a Fundação alcançasse a estabilidade financeira necessária para a consolidação de processos de funcionamento, formação e contratação de quadros técnicos, consolidação de processos administrativos e desenvolvimento de uma aplicação informática de gestão médica. O período de 2022 foi de redução do volume de negócios, que é justificado por uma diminuição da atividade / número de utentes.

Este facto permite encarar com confiança o próximo passo no plano estratégico da Fundação, ou seja, a criação de novos centros de hemodialise. Sendo que esperamos num reduzido espaço de tempo abrir novos centros.

RESULTADO LÍQUIDO

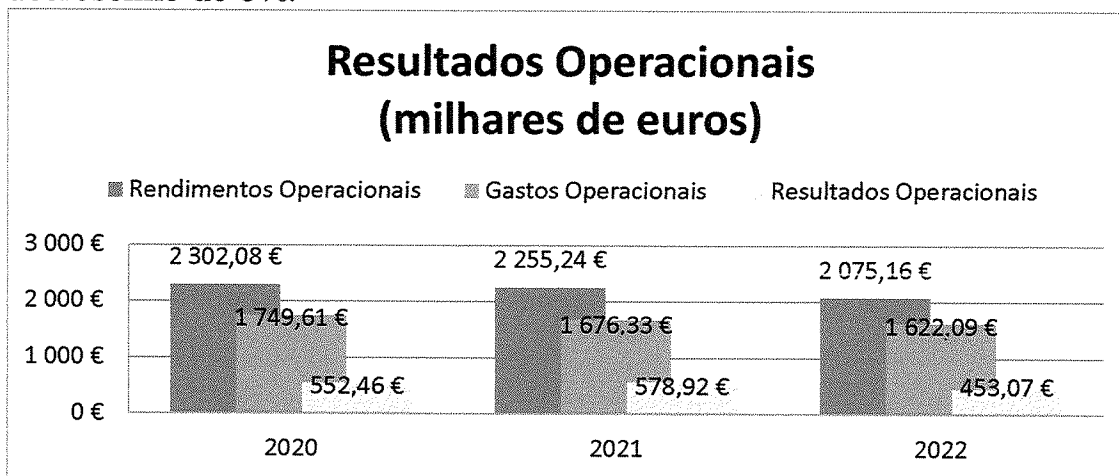
Em 2022 o desempenho económico e financeiro da Fundação conduziu à apresentação de um resultado líquido positivo de 436.910,89 €. A diminuição do resultado líquido registada em 2022, deve-se principalmente ao decréscimo verificado do Volume de Negócios, tendo-se mantido os Fornecimentos e Serviços Externos praticamente ao mesmo nível do verificado em 2021.

**RESULTADO OPERACIONAL**

O resultado operacional da empresa reflete o decréscimo registado nas Prestações de Serviços, tendo-se mantido os Fornecimentos e Serviços Externos praticamente no mesmo nível. Para além disso, verificou-se que o decréscimo das rubricas de Custo das Matérias Consumidas e de Custos com o Pessoal foi inferior ao decréscimo verificado nas Prestações de Serviços. No quadro seguinte apresentamos a evolução dos resultados operacionais:

	2020	2021	2022	Variação (2021-2019)	
				€	%
Rendimentos Operacionais	2 302 075 €	2 255 242 €	2 075 159 €	-180 083 €	-8%
Prestação de Serviços	2 281 108 €	2 253 352 €	2 074 986 €	-178 366 €	-8%
Subsídios à Exploração	0 €	718 €	78 €	-641 €	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	20 968 €	1 172 €	95 €	-1 076 €	-92%
Gastos operacionais	1 749 613 €	1 676 327 €	1 622 088 €	-54 238 €	-3%
Custo das matérias consumidas	467 554 €	451 939 €	419 306 €	-32 633 €	-7%
Fornecimentos e Serviços Externos	686 139 €	654 899 €	660 934 €	6 035 €	1%
Gastos com o Pessoal	454 262 €	485 144 €	463 875 €	-21 269 €	-4%
Amortizações e Depreciação do exercício	117 717 €	75 355 €	65 870 €	-9 485 €	-13%
Imparidades e Provisões	0 €	0 €	0 €	0 €	0%
Outros gastos e perdas operacionais	23 942 €	8 990 €	12 103 €	3 113 €	35%

Conforme é possível constatar pela evolução dos nossos rendimentos operacionais, estes registaram um decréscimo de 8% face ao ano anterior, enquanto que os gastos operacionais só registaram um decréscimo de 3%.



No que se refere aos rendimentos, apresenta-se no quadro seguinte, de forma mais desagregada, as principais rubricas.

Rendimentos Operacionais	2020	2021	2022	Variação (2021-2020)	
				€	%
Vol. Negócios	2 281 108 €	2 253 352 €	2 074 986 €	-178 366 €	-7,9%
Subsídio ao investimento	0 €	718 €	78 €	-641 €	0,0%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	20 968 €	1 172 €	95 €	-1 076 €	-91,9%
Rendimentos Operacionais	2 302 075 €	2 255 242 €	2 075 159 €	-180 083 €	-8,0%



Os gastos operacionais atingiram o valor de 1.622.088€, sendo que as rubricas, com maior expressão, são apresentadas no quadro abaixo.

Gastos Operacionais	2020	2021	2022	Variação (2021-2020)	
				€	%
Custo das materias consumidas	467 554	451 939	419 306	-32 633	-7,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	686 139	654 899	660 934	6 035	0,9%
Gastos com o Pessoal	454 262	485 144	463 875	-21 269	-4,4%
Imparidades	0	0	0	0	100,0%
Outros gastos e perdas operacionais	23 942	8 990	12 103	3 113	34,6%
Amortizações e Depreciação do exercício	117 717 €	75 355 €	65 870 €	-9 485	-12,6%
Gastos Operacionais	1 749 613	1 676 327	1 622 088	-54 238	-3,2%

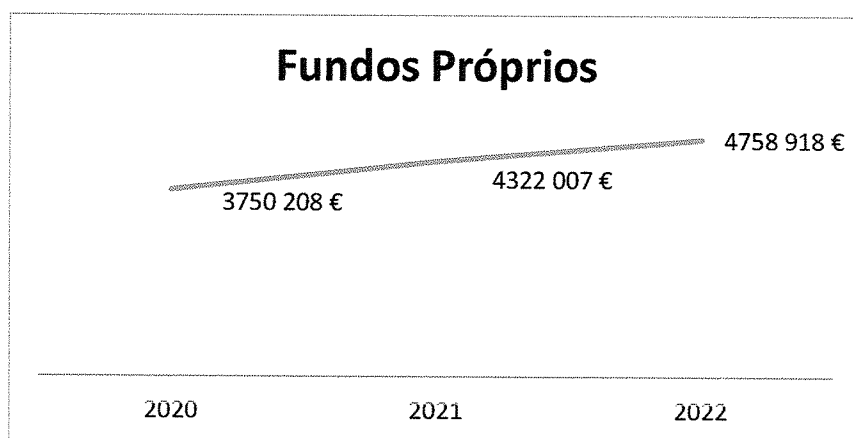
RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, apresentados no quadro seguinte, são o resultado do saldo entre Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados. Os gastos financeiros têm a sua origem nos juros suportados devido aos financiamentos obtidos e contratação de uma operação de factoring junto da entidade bancária Montepio Geral.

Resultados Financeiros	2020	2021	2022	Var. €	Var. %
Gastos Financeiros	6 055 €	7 330 €	16 454 €	9 124 €	124%
Rendimentos Financeiros	78 €	214 €	294 €	80 €	38%
Resultados Financeiros	-5 976 €	-7 116 €	-16 160 €	-9 044 €	127%

FUNDOS PRÓPRIOS

Os fundos próprios no final do exercício ascendem de 4.758.918 euros.



O aumento dos Fundos Próprios em 2022 é justificado pelo resultado líquido de 2022.



PRINCIPAIS INDICADORES

Nos quadros abaixo são apresentados os indicadores económico-financeiros sobre a evolução da atividade da empresa, sintetizando os principais acontecimentos ocorridos no exercício.

Evolução de Estrutura Financeira	2020	2021	2022
Autonomia Financeira	85,72%	73,26%	70,32%
Solvabilidade	600,06%	273,90%	236,94%
Rentabilidade do ativo	12,49%	9,69%	6,46%

Indicadores Económico-Financeiros	2020	2021	2022
Volume de Negócios	2 281 108 €	2 253 352 €	2 074 986 €
Cashflow	664 203 €	647 154 €	502 781 €
Resultado Líquido do Exercício	546 486 €	571 799 €	436 911 €
Ativo Líquido	4 375 177 €	5 899 940 €	6 767 374 €
Capital Próprio	3 750 208 €	4 322 007 €	4 758 918 €
Passivo Remunerado	245 351 €	1 180 050 €	1 500 818 €
Passivo Não Corrente	78 240 €	431 527 €	1 453 202 €
Passivo Corrente	546 730 €	1 146 406 €	555 254 €
EBITDA	670 179 €	654 270 €	518 941 €
Meios Libertos Brutos	670 179 €	654 270 €	518 941 €

Outros Indicadores	2020	2021	2022
EBITDA	670 179 €	654 270 €	518 941 €
EBITDA/vendas	29,38%	29,04%	25,01%
Encargos financeiros/vendas	0,26%	0,32%	0,81%
FSE/Vendas	30,08%	29,06%	31,85%

Estes indicadores refletem a estabilidade económica e financeira que foi alcançada pela Fundação.

POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

A atividade da instituição está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da instituição. As políticas e sistema de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do Grupo.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas de financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com a instituição no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente dos clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito da instituição, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrábilidade, é efectuado



regularmente. A exposição da instituição ao risco de crédito é reduzida pois prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelo facto do seu único cliente ser o Ministério da Saúde. O reconhecimento da imparidade está relacionado com litígio jurídico com a ULSNA e ARS do Norte Alentejo

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da instituição, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Administração. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto da instituição.

RISCO DE MERCADO

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os rendimentos da instituição. No entanto, no caso da Fundação este risco encontra-se minorado pois esta funciona com base em protocolos firmado com o Ministério da Saúde.

4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A Fundação Renal Portuguesa tem regularizadas todas as suas obrigações para com a Administração Fiscal, Centro Regional de Segurança Social e todas as outras entidades públicas.

De acordo com artigo 10.º da Lei Quadro das Fundações: No caso de fundações privadas com estatuto de utilidade pública, as despesas com pessoal e órgãos da fundação não podem exceder dois terços dos seus rendimentos anuais.

Conforme quadro abaixo, A Fundação Renal Portuguesa cumpre com os requisitos impostos pelo artigo acima estabelecido:

Gastos com o pessoal - Conta 63	463 875,38
Depreciações Viaturas - Subconta 64	17 805,22
Despesas Sede - Subconta 62689	98 898,70
Total	580 579,30 (a)
Vendas e serviços prestados	2 074 986 € (b)
Coefficiente (a / b)	27,98%

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício, e até à data da elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de



modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e colaboradores a cooperação e a confiança que revelaram ao longo deste exercício.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando os resultados atingidos, a necessidade de avançar com novos investimentos e a manutenção da solidez financeira, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos fiquem retidos na Fundação.

Desta forma propõe a aplicação do Resultado Líquido positivo de 436.910,89€ para Resultados Transitados.

Oeiras, 29 de maio de 2023

A Administração



Balço em 31 de dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 258 317,61	1 348 161,60
Ativos Intangíveis	5	1 078,19	7 613,73
Subtotal		2 259 395,80	1 355 775,33
Ativo corrente			
inventários	6	33 602,73	41 330,54
Estado e outros Entes Públicos		44 679,66	4 604,13
Créditos a receber	7	697 151,85	728 782,33
Diferimentos	9	7 572,06	4 977,67
Outros ativos correntes	8	231 240,87	209 678,70
Caixa e depósitos bancários	10	3 493 731,05	3 554 790,80
Subtotal		4 507 978,22	4 544 164,17
Total do Ativo		6 767 374,02	5 899 939,50
FUNDOS PATROMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	500 354,63	500 354,63
Resultados transitados	11	3 506 158,11	2 934 358,66
Excedentes de revalorização	11	315 494,34	315 494,34
Resultado Líquido do período	11	436 910,89	571 799,44
Total dos fundos patrimoniais		4 758 917,97	4 322 007,07
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	1 453 202,14	431 526,79
Subtotal		1 453 202,14	431 526,79
Passivo corrente			
Fornecedores	12	339 358,95	291 398,22
Estado e outros Entes Públicos	13	21 844,50	14 940,90
Financiamentos Obtidos	15	47 615,51	748 523,40
Outros passivos correntes	14	146 434,95	91 543,12
Outros passivos financeiros			
Subtotal		555 253,91	1 146 405,64
Total do passivo		2 008 456,05	1 577 932,43
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 767 374,02	5 899 939,50

O CONTABILISTA CERTIFICADO

N. N. F.
e e N.º 43188

A ADMINISTRAÇÃO

José M. Guillaes
LS
José Manuel José Francisco




Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2022

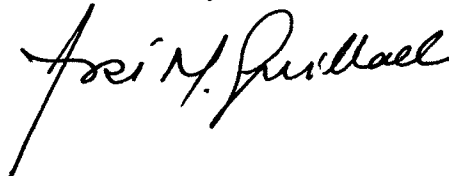
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	16	2 074 986,14	2 253 352,49
Subsídios, doações e legados à exploração	16	77,63	718,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(419 305,76)	(451 939,00)
Fornecimentos e serviços externos	17	(660 934,20)	(654 898,77)
Gastos com o pessoal	18	(463 875,38)	(485 144,10)
Outros rendimentos	19	95,40	1 171,64
Outros gastos	20	(12 102,69)	(8 990,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		518 941,14	654 270,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(65 870,21)	(75 354,71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		453 070,93	578 915,75
Juros e rendimentos similares obtidos	21	294,18	213,85
Juros e gastos similares suportados	21	(16 454,22)	(7 330,16)
Resultados antes de impostos		436 910,89	571 799,44
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		436 910,89	571 799,44

O CONTABILISTA CERTIFICADO


cc n.º 43188

A ADMINISTRAÇÃO





Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Unidade Monetária: Euros				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	500 354,63	2 387 872,74	315 494,34	546 485,96	3 750 207,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação de resultados do exercício			546 485,96		(546 485,96)	-
	2	-	546 485,96	-	(546 485,96)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				571 799,44	571 799,44
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				25 313,48	571 799,44
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					
		-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6=1+2+3+5	500 354,63	2 934 358,70	315 494,34	571 799,44	4 322 007,11

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DESCRIÇÃO	Notas	Unidade Monetária: Euros				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	500 354,63	2 934 358,70	315 494,34	571 799,44	4 322 007,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras Regularizações - Ativo Revalorizado						-
Outras Regularizações						-
Aplicação de resultados do exercício			571 799,44		(571 799,44)	-
	7	-	571 799,44	-	(571 799,44)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				436 910,89	436 910,89
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					436 910,89
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10					
		-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	500 354,63	3 506 158,14	315 494,34	436 910,89	4 758 918,00

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
cc N° 43188

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]




Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euros

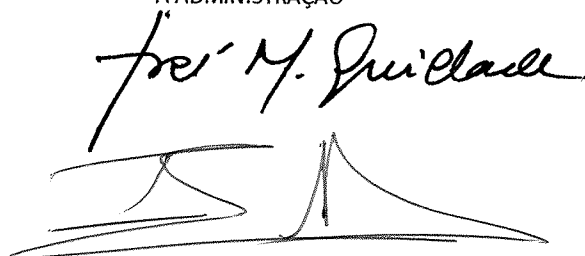
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1 509 237,31	2 525 081,33
Pagamento a fornecedores		(1 255 081,89)	(996 631,56)
Pagamentos ao pessoal		(477 629,32)	(395 536,44)
Caixa gerada pelas operações		(223 473,90)	1 132 913,33
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(55 073,31)	(141 220,45)
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(278 547,21)	991 692,88
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		639 719,56	119 617,92
Outros ativos		8 188,00	6 941,96
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		215,15	213,85
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(647 692,41)	(126 346,03)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		926 382,27	435 842,81
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 732,78)	(204 145,27)
Juros e gastos similares		(14 971,83)	(3 862,18)
Outras operações de financiamento		(43 497,79)	(64 648,03)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		865 179,87	163 187,33
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(61 059,75)	1 028 534,18
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	3 554 790,80	2 526 256,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	3 493 731,05	3 554 790,80

O CONTABILISTA CERTIFICADO



CC N.º 43188

A ADMINISTRAÇÃO






NMF.

Anexo às Demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2022

1. Identificação da Entidade

A Fundação Renal Portuguesa é uma Fundação sem fins lucrativos reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social como uma instituição particular de segurança social em 10 de Maio de 2010, com sede na Rua dos Malhões - Edifício D. Pedro I, 2760-071 Paço de Arcos - Oeiras, com o NIF: 509 393 799. Tem como principal objeto social a construção e gestão de clínicas para o tratamento de doentes renais crónicos através de sistema substitutivo da função renal, vulgo hemodiálise.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e alterado pelo Aviso n.º 8259/2015.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

Durante o exercício de 2016, foi alterada a política de reconhecimento da classe de Edifícios e terrenos nos ativos fixos tangíveis. Relativamente às restantes rubricas, as Demonstrações



Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a imoveis (classe de terrenos e edifícios) encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. São efetuadas revalorizações com uma regularmente através da contratação de peritos externos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização



respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	50 Anos
Equipamento de transporte	4 Anos
Equipamento básico	6 a 12 anos
Equipamento administrativo	6 a 12 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 a 12 anos

3.2.2. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

3.2.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



N.º 1/21

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e Créditos a receber

Os “Clientes” e os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste, por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do setor não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



RNF

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.7. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas presentes nas demonstrações financeiras são:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões; e
- d) Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis.

3.2.8. Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



NANP
A.
D.
4A.

3.2.9. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.2.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento do serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento do serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.2.11. Imposto sobre o rendimento

A Fundação Renal Portuguesa encontra-se isenta de pagamento de Imposto sobre o rendimento. Esta isenção aplica-se aos rendimentos obtidos no âmbito da realização das atividades previstas nos seus estatutos.

3.3. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Nada a assinalar

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do de 2022 e 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'NINA', 'A.', and 'FR.'.

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Alienações	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo					
Terrenos e recursos naturais	481 881,08	-	-	-	481 881,08
Edifícios e outras construções	675 344,46	3 632,19	-	-	678 976,65
Equipamento básico	693 299,19	3 274,18	-	-	696 573,37
Equipamento de transporte	462 427,60	37 100,00	-	-	499 527,60
Ferramentas e Utensílios	-	356,80	-	-	356,80
Equipamento administrativo	164 016,96	8 585,59	-	-	172 602,55
Outros Ativos fixos tangíveis	62 679,30	116 143 354,44	-	-	116 206 033,74
Obras em Curso	153 254,38	-	-	-	153 254,38
Total	2 692 902,97	116 196 303,20	-	-	118 889 206,17
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	112 265,01	17 170,63	-	-	129 435,64
Equipamento básico	634 399,25	13 904,57	-	-	648 303,82
Equipamento de transporte	415 828,82	17 805,22	-	-	433 634,04
Ferramentas e Utensílios	-	5 686,69	-	-	5 686,69
Equipamento administrativo	162 175,77	4 767,56	-	-	166 943,33
Outros Ativos fixos tangíveis	20 072,52	-	-	-	20 072,52
Total	1 344 741,37	59 334,67	-	-	1 404 076,04
Valor Líquido	1 348 161,60				117 485 130,13

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Alienações	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo					
Terrenos e recursos naturais	475 443,08	6 438,00	-	-	481 881,08
Edifícios e outras construções	645 030,93	30 313,53	-	-	675 344,46
Equipamento básico	691 628,67	1 670,52	-	-	693 299,19
Equipamento de transporte	403 568,45	58 859,15	-	-	462 427,60
Equipamento administrativo	163 099,98	916,98	-	-	164 016,96
Outros Ativos fixos tangíveis	40 520,98	22 158,32	-	-	62 679,30
Obras em Curso	51 010,89	102 243,49	-	-	153 254,38
Total	2 470 302,98	222 599,99	-	-	2 692 902,97
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	95 915,26	16 349,75	-	-	112 265,01
Equipamento básico	608 428,49	25 970,76	-	-	634 399,25
Equipamento de transporte	395 795,03	20 033,79	-	-	415 828,82
Equipamento administrativo	159 819,41	2 356,36	-	-	162 175,77
Outros Ativos fixos tangíveis	16 534,01	3 538,51	-	-	20 072,52
Total	1 276 492,20	68 249,17	-	-	1 344 741,37
Valor Líquido	1 193 810,78				1 348 161,60



N.A.S.T.

A.
S.F.

5. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada dos ativos intangíveis no início e no fim do de 2021 e 2020, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Regularizações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2021
Custo					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	71 055,40	-	-	-	71 055,40
Total	83 092,24	-	-	-	83 092,24
Depreciações acumuladas					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	63 441,67	6 535,54	-	-	69 977,21
Total	75 478,51	6 535,54	-	-	82 014,05
Valor Líquido	7 613,73				1 078,19

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Regularizações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2021
Custo					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	71 055,40	-	-	-	71 055,40
Total	83 092,24	-	-	-	83 092,24
Depreciações acumuladas					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	56 336,13	7 105,54	-	-	63 441,67
Total	68 372,97	7 105,54	-	-	75 478,51
Valor Líquido	14 719,27				7 613,73

6. Inventários

A rubrica "Inventários" tinha, em 31 de Dezembro de 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias	41 330,54	411 577,95		33 602,73
Total	41 330,54	411 577,95	-	33 602,73
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	451 939,00			419 305,76
Variações nos inventários da produção	-			-



W-NH

7. Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c	697 151,85	728 782,33
Cientes	697 151,85	728 782,33
Cientes e Utentes - Faturação	5 636 658,57	5 636 658,57
Cientes	5 636 658,57	5 636 658,57
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)
Cientes	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)
Total	697 151,85	728 782,33

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2021	2020
Cientes	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)
Utentes	-	-
Total	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)

Relativamente a este saldo, importa esclarecer que o montante de 5,6 milhões de euros de dívidas de clientes de cobrança duvidosa a 31 de Dezembro de 2022, são relativos aos valores faturados à Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo, resultantes da expectativa da Fundação em ser compensada pelo período em que não foi cumprida a determinação de atribuir 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre, conforme o parecer da Entidade Reguladora da Saúde corroborado pelo parecer do Secretário de Estado da Saúde, à Fundação Renal Portuguesa. Em 2016, a Fundação reconheceu uma imparidade para estas dívidas de clientes, no montante de 5.636.659 euros.

Durante o exercício de 2022 e 2021 não ocorreu criação de qualquer de imparidade adicional.

8. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Saldos devedores de Fornecedores	0,00	0,00
Sub - total	0,00	0,00
Acrescimos de rendimentos	180 381,02	186 828,01
Outros Devedores	40 241,03	12 230,00
Fundos Compensação	10 618,82	10 620,69
Sub - total	231 240,87	209 678,70
TOTAL	231 240,87	209 678,70

O acréscimo de rendimentos respeita a faturas emitidas em janeiro de 2023, mas respeitantes a serviços prestados em dezembro de 2022.



9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Outros	7 572,06	4 977,67
Total	7 572,06	4 977,67

10. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	130,84	1 300,53
Depósitos à ordem	1 749 250,21	1 540 990,27
Depósitos a prazo	1 744 350,00	2 012 500,00
Total	3 493 731,05	3 554 790,80

11. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aplicação de resultados	Correcção Exercícios Anteriores	Outros	Revalorização de Ativos Tangíveis	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	500 354,63	-	-	-	-	500 354,63
Resultados transitados	2 934 358,66	571 799,44	-	-	-	3 506 158,10
Excedentes de revalorização	315 494,34	-	-	-	-	315 494,34
Total	3 750 207,63	571 799,44	-	-	-	4 322 007,07

As variações registadas na rubrica de Fundos Patrimoniais são relativas à aplicação do resultado líquido de 2021.

12. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	339 358,95	291 398,22
Total	339 358,95	291 398,22



N.S.F.
A:
B:
C:
D:

13. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Pagamento Especial por conta		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	44 679,66	4 604,13
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	44 679,66	4 604,13
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 602,12	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 626,44	4 917,76
Segurança Social	8 615,94	10 023,14
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	21 844,50	14 940,90

14. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	59 398,32	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	58 200,13	-	63 573,11
Outros credores	-	28 836,50	-	27 970,01
Total	-	146 434,95	-	91 543,12

A Na rubrica de credores por acréscimos de gastos, foram registados os valores relacionados com Estimativa de Férias e Sub de férias. Férias a liquidar em 2023.

15. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de Financiamentos obtidos é respeitante a operações de locação financeira:



Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	1 400 000,00	1 400 000,00	-	-	-
Locações Financeiras	47 560,69	53 202,14	100 762,83	(37 800,72)	(68 647,04)	(106 447,76)
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	(600 000,00)	-	(600 000,00)
Outros Empréstimos	-	54,82	54,82	-	-	-
Total	47 560,69	1 453 256,96	1 500 817,65	(637 800,72)	(68 647,04)	(706 447,76)

Locações

Descrição	2022			2021		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento básico	84 270,00	(46 525,47)	37 744,53	84 270,00	(35 991,72)	48 278,28
Equipamento de transporte	311 700,32	(245 806,75)	65 893,57	274 600,32	(228 001,53)	46 598,79
Total	395 970,32	(292 332,22)	103 638,10	358 870,32	(263 993,25)	94 877,07

16. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços	2 074 986,14	2 253 352,49
Total	2 074 986,14	2 253 352,49

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços Especializados	391 691,63	402 618,49
Materiais	12 152,41	12 294,54
Energia e fluidos	73 130,11	58 486,14
Deslocações, estadas e transportes	7 445,64	3 599,72
Serviços diversos	176 514,41	177 899,88
Total	660 934,20	654 898,77

18. Gastos com Pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	72 893,94	72 868,32
Remunerações ao Pessoal	312 094,95	324 937,31
Indemnizações	2 023,68	1 243,79
Encargos sobre as Remunerações	71 478,63	73 032,13
Seguros de AT	2 912,74	4 346,44
Outros Gastos com o Pessoal	2 471,44	8 716,11
Total	463 875,38	485 144,10



O número médio de trabalhadores foi de 22 no ano de 2022 e de 20 no ano de 2021.

O Conselho de Administração é composto por três elementos, sendo que em 2022 não sofreu alterações.

19. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros rendimentos e ganhos	95,40	1 171,64
Total	95,40	1 171,64

20. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	4 725,88	6 417,96
Outros Gastos e Perdas	7 376,81	2 572,09
Total	12 102,69	8 990,05

21. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	16 454,22	7 330,16
Total	16 454,22	7 330,16
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	(294,18)	213,85
Total	(294,18)	213,85
Resultados financeiros	(16 748,40)	(7 116,31)

Dos juros suportados, 2.914,50€ respeitam às locações financeiras.

22. Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



W-M-F
H:
B
40.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os processos judiciais onde a Fundação é Ré:

I. Comarca de Lisboa Oeste - Oeiras - 2ª Secção de Execução

Processo nº 3514/16.7T8OER

Autor: Securitas Direct Portugal Unipessoal, Lda.

Ré: Fundação Renal Portuguesa

o Processo nº 3514/16.7T8OER em que é Exequente Securitas Direct Portugal, Unipessoal, Lda. de valor desconhecido, aguardando-se citação para deduzir oposição.

Processos onde a Fundação é Autora

I. Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco Proc. nº 136/16.6BECTB

Autor: Fundação Renal Portuguesa

Rés: Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. e Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.;

Aguarda julgamento.

Pedido de lucros cessantes por incumprimento de quota 82% dos doentes hemodialisados do distrito de Portalegre, que de acordo com cálculos poderá ascender, a 31 de dezembro de 2017, ao montante de 3.800 milhares de euros.

II. Tribunal de Badajoz

Autor: Fundação Renal Portuguesa

Réu: Jose Maria Callero

Decisão Favorável à Fundação, no sentido que condenar a Jose Maria Callero a devolução dos honorários cobrados em excesso.

23. Acontecimentos após data de Balanço

Apesar de um ano de 2023 que se prevê extremamente difícil para a economia nacional e mundial, a Unitom reúne condições para concluir o próximo exercício com tranquilidade.

Demonstrámos no passado recente uma consistente imunidade a este tipo de crises económicas e às repercussões relacionadas com a guerra na Ucrânia. Apesar da guerra na Ucrânia, e as consequências relacionadas com esta, julgamos que estamos preparados para ultrapassar este desafio. A Fundação permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para as suas áreas de negócio, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer outras informações acerca das condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.



24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

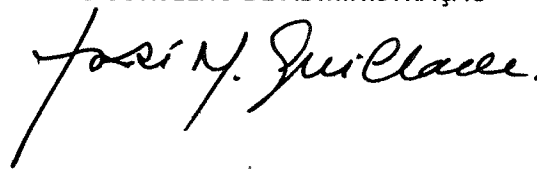

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Oeiras, 29 de Maio de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO


ce n.º 43188

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA

Handwritten signature: J. J. J. J.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Exmo. Conselho de Administração de
Fundação Renal Portuguesa**

Satisfazendo o estabelecido no Contrato da Sociedade, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e o Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei e pelos estatutos nos estão atribuídas:

- 1.1. Acompanhámos a Gestão da Sociedade, tendo recebido do Conselho de Administração e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2. Verificámos a regularidade do preenchimento dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos de suporte.
- 1.3. Velámos para que a Lei e o Contrato Social fossem aplicados de forma correta.
- 1.4. Confirmámos a titularidade, pela Sociedade, de bens e valores.
- 1.5. Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo.
- 1.6. Confirmámos que o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes anexos foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.
- 1.7. Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Fundação, os seus resultados e os fluxos de caixa.
- 1.8. Estamos de acordo que o Relatório de Gestão, assim como a Proposta de Aplicação de Resultados, nele incluída e apresentados pelo Conselho de Administração, cumprem o exigível na lei.



FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA

2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que, em relação aos documentos apresentados pelo Conselho de Administração, seja:

- a) Aprovado o Relatório de Gestão e as Contas, referentes ao exercício de 2022.
- b) Aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados.
- c) Se Proceda à Apreciação da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Portalegre, 31 de maio de 2023

O Conselho Fiscal

(Presidente do Conselho Fiscal - Dr. Luís Moreira Testa)

(Vogal do Conselho Fiscal - Dr. Luís Pina)

(Vogal do Conselho Fiscal - Dr. Jorge Cinta)